

**PARECER CUTHAB****PARECER AO PLCE 025/21**

**PROPONENTE(S):** Executivo.

**TIPO:** Projeto de Lei Complementar do Executivo.

**RELATOR:** Ver. Jessé Sangalli

**ÓRGÃO PROCESSANTE:** Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação.

**EMENTA:** Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 625, de 03 de julho de 2009.

**RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para parecer o PLCE nº 025/2021, de autoria do Executivo, em que se alterar e revogar disposições da Lei Complementar nº 625, de 03 de julho de 2009, que estabelece o Sistema de Controle Interno dos poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Em seus argumentos, justifica que “desde a reforma administrativa realizada em 2017, se faz necessária a adequação da Lei Complementar nº 625, de 03 de julho de 2009, o projeto de lei é necessário em razão de uma perseguição e discriminação que essas pessoas sofrem na cidade de Porto Alegre.

É o relatório.

**MÉRITO**

O projeto de Lei trazido pelo Executivo atende a um comando constitucional de obrigatoriedade de controle dos atos administrativos.

A Constituição Federal em seu art. 37, da Constituição Federal, dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Ora, os princípios da publicidade, legalidade e moralidade carregam conteúdo normativo que exige que os entes políticos emanem normas jurídicas que reflitam tais imperativos categóricos.

O art. 31, da Constituição Federal, dispõe:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

A própria Constituição Federal dispõe que o Executivo sofrerá, além do controle do Poder Legislativo Municipal, também controle interno, mediante lei específica.

No Município, tal comando legal era a Lei Complementar nº 625, de 03 de julho de 2009 que, segundo justificativa do Executivo, precisa ser alterada para adequações.

Visualizando os artigos alterados, não se vislumbra ilegalidade, inconstitucionalidade ou inorganicidade, a priori.

Ressalte-se, única exceção, destaque para as expressões que incluem o “Legislativo Municipal” em tal Lei, como, por exemplo, caput do art. 1º, pois em respeito à independência dos poderes, não deve o Executivo influenciar no Legislativo, mas sim tão somente atuarem de forma integrada no controle interno dos atos administrativos.

Com a ressalva acima, é de se concluir pela aprovação do projeto.

## CONCLUSÃO

Por essas razões, concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO.**

Porto Alegre, 11 DE ABRIL de 2022.

Vereador Jessé Sangalli



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Sangalli de Mello, Vereador(a)**, em 11/04/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0366331** e o código CRC **62A6C819**.



# Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4345 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## CERTIDÃO

CERTIFICO que o **Parecer nº 055/22 – CUTHAB** contido no doc 0366331 (SEI nº 118.00305/2021-28 – Proc. nº 1031/21 – PLCE nº 025/21), de autoria do vereador Jessé Sangalli, foi **APROVADO** através do Sistema de Deliberação Remota no dia **25 de abril de 2022**, tendo obtido **04** votos FAVORÁVEIS e **00** voto CONTRÁRIO, conforme Relatório de Votação abaixo:

**CONCLUSÃO DO PARECER:** Pela aprovação do Projeto.

Vereador Jessé Sangalli – Presidente: **FAVORÁVEL**

Vereadora Karen Santos – Vice-Presidente: **NÃO VOTOU**

Vereador Cezar Shirmer: **FAVORÁVEL**

Vereadora Cintia Rockenbach: **FAVORÁVEL**

Vereadora Fernanda Barth: **FAVORÁVEL**

Vereador Pedro Ruas: **NÃO VOTOU**



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Castellan de Oliveira, Assistente Legislativo II**, em 25/04/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0371529** e o código CRC **9A73B88B**.